

Aldo Ajello parte hoje com destino à Itália **A14**

O Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Moçambique, Dr. Aldo Ajello, deixa hoje o país com destino à capital italiana, Roma, onde deverá tentar persuadir o executivo daquele país a manter os seus efectivos militares e civis afectos à ONUMOZ.

Roma havia anunciado publicamente a sua intenção de retirar os mais de 1500 efectivos transalpinos encarregues de proteger o complexo ferro-portuário do "Corredor da Beira" na província de Sofala, alegando problemas de índole orçamental. Sabe-se que a operação transalpina naquele corredor estratégico para a economia moçambicana comporta uma factura mensal orçada em 25 milhões de dólares americanos por mês.

Contudo, o contingente italiano é considerado pela ONU como sendo estratégico pelo facto de o seu potencial logístico beneficiar igualmente a missão do Botswana afecta na província de Tete, bem como as tropas bengalis que estão destacadas em Nampula.

O problema não é tanto persuadir os italianos a manterem as suas forças no "Corredor da Beira. Trata-se, sim, de encontrar uma solução razoável para que aqueles efectivos se mantenham na missão da ONUMOZ. Creio que os italianos não vão abandonar o corredor, disse Aldo Ajello.

Entretanto, o processo de paz moçambicano conheceu um novo desenvolvimento sábado último, com o Conselho de Segurança das Nações Unidas a adoptar uma resolução técnica para o prolongamento do mandato da Operação da ONU em Moçambique, ONUMOZ, até 5 de Novembro corrente.

Trata-se de uma deliberação que, aprovada por unanimidade, visa resolver o problema jurídico que se levantou em relação às actividades da ONUMOZ em Moçambique, dado que o seu mandato expirou a 31 de Outubro findo.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, deveria ter submetido ao Conselho de Segurança, até à passada sexta-feira, um novo relatório sobre a prorrogação do mandato da ONUMOZ e com calendários precisos para o acantonamento e desmobilização das forças do Governo e da Renamo, a realização das eleições e outras acções previstas na implementação do Acordo Geral de Paz, o que não aconteceu por o documento estar ainda em preparação.

Segundo recomendação daquele organismo supranacional, o documento deveria estar pronto até ontem (segunda-feira), de modo a que o Conselho de Segurança se reúna até ao próximo dia 5 para a formalização da prorrogação do mandato da ONUMOZ.

Analistas políticos atentos aos desenvolvimentos do processo de paz em Moçambique são de opinião que o problema neste momento não é tanto o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovar ou não o prolongamento do mandato da ONUMOZ. Trata-se apenas de formalidades de natureza técnica que regem o funcionamento das Nações Unidas.

Convidados a argumentar esta possibilidade, as mesmas fontes referiram que o grande problema residia no facto de os subscritores do Acordo Geral de Paz não terem fornecido até então elementos convincentes sobre a sua vontade política em levar a bom termo a pacificação do país.

Acrescentaram que "a visita que o Secretário-Geral das Nações Unidas efectuou a Moçambique permitiu que todos os receios fossem dissipados e que a ONU passasse a apostar no processo moçambicano. O novo calendário foi aprovado e isso constitui um bom indicador para as futuras posições da ONU relativamente a Moçambique", afirmaram as mesmas fontes.

2/11/93